

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

KARIN ZERWES KANSOG

**INTOLERÂNCIA, INTOLERANTE, INTOLERÁVEL:
UMA ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO DE
GRAMÁTICOS E LINGUISTAS**

SÃO PAULO - SP

2014

KARIN ZERWES KANSOG

**INTOLERÂNCIA, INTOLERANTE, INTOLERÁVEL:
UMA ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO DE
GRAMÁTICOS E LINGUISTAS**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo para a obtenção do título de
Especialista em Língua Portuguesa.

Orientador: Luiz Antonio Ferreira

SÃO PAULO - SP

2014

KARIN ZERWES KANSOG

**INTOLERÂNCIA, INTOLERANTE, INTOLERÁVEL:
UMA ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO DE
GRAMÁTICOS E LINGUISTAS**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo para a obtenção do título de
Especialista em Língua Portuguesa.

Orientador: Luiz Antonio Ferreira

APROVADA:

Prof.: Luiz Antonio Ferreira

SÃO PAULO - SP

2014

Dedico este trabalho às três mulheres que me apoiam incondicionalmente: Maria Alice Zerwes Kansog, Ana Maria Zerwes e Miria do Nascimento de Souza.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Luiz Antonio Ferreira, por suas palavras sempre encorajadoras e sua gentileza. (Quando ele falou que se tinha de ser feliz fazendo o Trabalho de Conclusão de Curso, eu não sabia que ele estava falando tão sério.)

Aos professores da Especialização em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por tudo o que aprendi com cada um – foi um curso transformador.

Aos amigos do curso de Especialização. Com eles, a vida ficou mais plena, e o curso, ainda mais significativo.

A minha família, que, mesmo nos momentos de distância física, sempre esteve presente em meu coração.

A todos os meus amigos. Sem sua compreensão, eu não teria tido a paz de espírito para me dedicar a este trabalho.

É comum ouvirmos as pessoas dizerem:
“Este é um mundo cruel, e, se a gente quer sobreviver, também tem que ser cruel.”
Tomo humildemente a liberdade de discordar de tal argumento.
O mundo em que vivemos é aquilo que fazemos dele.
Se hoje é impiedoso, foi porque nossas atitudes o tornaram assim.
Se mudarmos a nós mesmos, poderemos mudar o mundo,
e essa mudança pode começar por nossa linguagem e nossos métodos de
comunicação. Arun Gandhi (In Rosenberg, 2006, *Prefácio*, p. 16)

RESUMO

Os discursos de gramáticos e linguistas brasileiros têm se mostrado ineficazes para atingir seus próprios objetivos: que o brasileiro saia da escola um competente leitor e produtor de textos, atuante como cidadão e orgulhoso de sua identidade linguística. Apesar de os dois grupos se dedicarem ao estudo da linguagem, ambos se configuram como adversários, apresentando, um em relação ao outro, um discurso violento e intolerante, com a presença de desqualificações, insultos e generalizações em relação ao discurso alheio. Este trabalho busca, por meio da análise retórica, não só fazer o levantamento de algumas marcas discursivas desse conflito *improdutivo*, mas também fazer uma reflexão sobre outros possíveis caminhos discursivos – que tornem *produtivo* esse conflito. Para esse fim, utilizaram-se textos que falam sobre conflito em geral, sobre o conflito entre esses dois grupos e também textos que trazem em si as marcas do conflito. Alguns dos autores presentes na análise: Carlos Alberto Faraco, Diana Luz Pessoa de Barros, Djane Antonucci Correa, Jeni Silva Turazza, Luiz Antonio Ferreira, Luiz Carlos Travaglia, Marcos Bagno, Maria Helena de Moura Neves, Marli Quadros Leite, Napoleão Mendes de Almeida, Neusa Barbosa Bastos, Pasquale Cipro Neto.

Palavras-chave: Comunicação Não Violenta. Conflito. Diálogo. Discurso. Discurso do Ódio. Gramática. Gramáticos. Linguística. Linguistas. Retórica.

ABSTRACT

The speeches of Brazilian grammarians and linguists have proven ineffective in achieving their goals, namely that Brazilian conclude school as a competent reader and producer of texts, acting as a citizen and proud of his/her linguistic identity. Although the two groups engage in the study of language, both are configured as adversaries, presenting, relative to one another, a violent and intolerant discourse, with the presence of disqualification, insults and generalizations in relation to other group's speech. This work intends, through rhetorical analysis, not only to bring up some discursive marks of this unproductive conflict, but also to raise a discursive reflection on other possible ways - to make this conflict productive. To meet this goal, we used texts that talk about conflict in general, on the conflict between these two groups as well we used texts that carry some of the the marks of the conflict. Some of the authors present in the analysis: Carlos Alberto Faraco, Diana Luz Pessoa de Barros, Djane Antonucci Correa, Jeni Silva Turazza, Luiz Antonio Ferreira, Luiz Carlos Travaglia, Marcos Bagno, Maria Helena de Moura Neves, Marli Quadros Leite, Napoleão Mendes de Almeida, Neusa Barbosa Bastos, Pasquale Cipro Neto.

Keywords: Nonviolent Communication. Conflict. Dialogue. Hate Speech. Grammar. Grammarians. Linguistics. Linguists. Rhetoric. Speech.

SUMÁRIO

1	ONDE NASCE ESTE TRABALHO.....	11
2	SOBRE O QUE É ESTE TRABALHO.....	14
3	COMO ESTE TRABALHO FOI FEITO.....	16
3.1	Percurso teórico.....	16
3.2	<i>Corpus</i>	17
3.2	Concepções básicas	18
3.4	Método de análise.....	20
4	CONFLITO.....	21
4.1	Da existência inevitável do conflito.....	21
4.2	Dos tipos de conflito.....	22
5	POSTURAS DIALÓGICAS	24
5.1	Posturas dialógicas produtivas e seus procedimentos retóricos.....	24
5.1.1	Observações sobre as posturas dialógicas produtivas.....	24
5.2	Posturas dialógicas improdutivoas e seus procedimentos retóricos.....	26
5.2.1	Observações sobre as posturas dialógicas improdutivoas.....	26
5.2.2	Desrespeito, alteridade e conflito.....	27
6	CONFLITO <i>i</i> ENTRE GRAMÁTICOS E LINGUISTAS.....	29
6.1	Consequências do conflito <i>i</i> entre gramáticos e linguistas.....	34
7	ANÁLISE RETÓRICA DO CONFLITO <i>i</i> ENTRE GRAMÁTICOS E LINGUISTAS.....	36
7.1	Bases ideológicas do conflito <i>i</i> entre gramáticos e linguistas.....	36
7.1.1	Crença no <i>ataque ao adversário</i>	36
7.1.2	Crença no valor da violência.....	38
7.2	Elementos usados no confronto gramáticos vs. linguistas.....	40
7.2.1	Temas usados por ambos os grupos para atacar o adversário.....	42
7.2.1.1	Desqualificações.....	42
7.2.1.2	Insultos.....	43
7.2.1.3	Generalizações.....	43
7.2.1.4	A ignorância do adversário.....	44
7.2.2	A violência é uma expressão trágica de necessidades não atendidas....	46

7.2.3	Temas usados por ambos os grupos a favor de sua própria linha.....	46
7.2.3.1	A formação do leitor/produtor competente.....	46
7.2.3.2	A conquista da cidadania.....	47
7.2.3.3	A construção da identidade lingüística.....	47
7.2.4	O discurso violento é uma expressão trágica do medo.....	48
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

1 ONDE NASCE ESTE TRABALHO

Este trabalho nasce da perplexidade. Em meu primeiro ano de faculdade – Linguística, na Universidade de São Paulo, 1994 –, fui indelevelmente marcada por uma impressão extremamente desconfortante: o professor de fonética falava mal da fonologia; o professor de fonologia falava mal da fonética. Como assim? Antes disso, o que fazia tais matérias serem dadas separadamente, por *dois* professores? Ainda mais: dois professores *adversários*?

Treze anos depois, presente à banca de doutorado de uma amiga linguista, estava um douto e eminente professor de linguística. Que fez a seguinte afirmação, com um tom de voz de desaprovação extrema: “Há muitos linguistas formados que dão aulas de gramática e redação. Não entendo como um linguista possa chegar a esse ponto!” Bem, essa era exatamente a minha situação naquele momento da minha vida: havia me formado em linguística; não havia seguido carreira acadêmica; trabalhava com aulas de gramática e redação. Para piorar, o honorável senhor virou-se para mim e me perguntou em que me ocupava. Não consegui mentir.

Ele saiu furioso da sala. Não ficou *curioso*: o que fez com que uma linguista se tornasse uma “professora de gramática e redação”?

Esta é a pergunta de fundo que impulsionou a reflexão que se propõe neste trabalho.

O que fez com que este indivíduo, a partir (ou a despeito?) de sua formação de linguista, passasse a respeitar e admirar os estudos gramaticais como fundamentais para a evolução individual de seus alunos? Mencione-se: a gramática, na prática cotidiana deste indivíduo, nunca foi ensinada desvinculadamente de uma reflexão sobre sua utilidade; sobre sua necessidade; sobre seu sentido; sobre a ampliação da consciência metalinguística de quem começava a ter contato *pela primeira vez* com ela.

Sim, o que principalmente chamou e chama a atenção desta professora é que a maioria dos adultos que foram e são seus alunos (inclusive professores de português – e que não são bons na escrita) sempre lhe disseram e dizem que *nunca viram gramática* na escola! Eles não dizem que nunca viram “comunicação” ou

“leitura e produção de textos”. Quando esta professora dava aulas de *gramática*, o que mais ouvia era: “mas, professora, eu *nunca vi isso* que você está ensinando”!

Então, a que conclusão uma jovem professora saída da faculdade de linguística pode chegar? O problema da formação dos brasileiros seria sua lacuna de *gramática*!

Por outro lado, nas aulas de redação (que, note-se, na escola em que esta professora dava aulas, eram desvinculadas das aulas de gramática) também recebia alunos de outras professoras de gramática, os quais tinham aprendido teoricamente as regras, mas não sabiam aplicá-las em seus textos. Ou seja, saber gramática descontextualizada de textos também não servia para muita coisa.

Além disso, notava que praticamente *todos* os que buscavam um “curso de língua portuguesa” chegavam completamente derrubados em sua autoestima como usuários da língua. Passar a conhecer as noções de variação linguística, por exemplo, sempre ajudou seus alunos a terem mais estima por si mesmos, a lutarem contra o assédio moral de pessoas da família e do trabalho. Mas essa autoconfiança que nascia também se apoiava no conhecimento sobre questões gramaticais da língua que recebiam no curso, que acabava por se tornar maior que o das pessoas que os assediavam...

Observando o crescimento dos alunos, quando recebiam os *dois tipos* de informação – foram treze anos trabalhando com *educação linguística* a partir de aulas denominadas “gramática” e “redação” – a perplexidade ia apenas aumentando: como podem, *gramáticos* e *linguistas*, ambos *estudiosos da língua*, serem *adversários*?

Os linguistas são muito mais relevantes que a linguística. Por quê? Porque muitos atuam de forma interessante na própria universidade, ou saem da redoma da universidade e vão atuar em formação de professores em serviço, vão se envolver com o sistema escolar, ou com minorias linguísticas, ou atuam junto a afásicos, junto à comunidade surda brasileira, entre tantas outras frentes. Nesse momento, para poderem atuar, superam em muito o quadro teórico dos estudos linguísticos, agem como antropólogos, pedagogos, intelectuais de vários tipos. O trabalho de assessoria dá realidade ao fazer do linguista; em busca de sucesso na sua intervenção, ele logo percebe a **insuficiência do seu quadro teórico**. (Gilvan, 2007, p.89, grifo nosso¹)

¹Nas citações, todas as passagens em negrito são grifos nossos; em itálico, são grifos dos autores.

...aceitar plenamente o estudo real da norma culta, aquela praticada oralmente ou por escrito pelas pessoas cultas, nos mais diversos gêneros discursivos: nas conversações, nas conferências, nos jornais, na literatura, etc. **Talvez seja essa a dificuldade de pessoas que só têm à sua disposição a metalinguagem da gramática tradicional para tratar dos problemas lingüísticos. Estudar a língua em uso, em toda a sua complexidade, requer um repertório teórico que ultrapassa, e muito, aquele tradicional.** Tratar a língua em uso implica saber interpretá-la sob diversos enfoques, dentre os quais o discursivo, o textual e o gramatical. (Leite, 2008, p.102)

2 SOBRE O QUE É ESTE TRABALHO

Este trabalho é o *início* de um caminho de reflexão sobre o *conflito* entre *gramáticos e linguistas*.

Mas me parece que, apesar disso – ou exatamente por isso – as crises no ensino de língua, desde os anos 1960, derivadas dos confrontos históricos e políticos, têm sido muito estimulantes para o campo das letras. Penso que **nenhuma outra área**, dentro dos componentes curriculares, **é tão tensa quanto a nossa**, o que nos dá um grau muito grande de polêmica, que nos faz pensarmos permanentemente sobre nosso objeto (a língua) e sobre as teorias linguísticas. (Gregolin, 2007, p.70)

O ensino de língua na escola é a única disciplina em que existe uma disputa entre duas perspectivas distintas, dois modos diferentes de encarar o fenômeno da linguagem: a doutrina gramatical tradicional, surgida no mundo helenístico no século III a. C., e a lingüística moderna, que se firmou como ciência autônoma no final do século 19 e início do 20. (Bagno, 2001)

Acredita-se que o leitor, neste ponto do trabalho, já tenha vontade de desistir de lê-lo, imaginando: é utópico imaginar não haver conflitos entre acadêmicos e suas linhas de pesquisa. Concordamos inteiramente com esta afirmação. O problema não é haver ou não conflito. As questões fundamentais são: de que tipo de conflito se está falando? Como gramáticos e linguistas lidam *discursivamente* com tal conflito? Os discursos de ambos, mergulhados no conflito, têm se mostrado eficazes para atingir seus próprios objetivos?

A resposta para a última pergunta é *não*:

No entanto, **apesar dessas quase três décadas de discussão**, ainda temos que falar em *crise do ensino de língua*. Pode parecer, então, que **apesar deirmos discutindo há tanto tempo, persistem os mesmos problemas** conjunturais do final dos anos 1970. (Gregolin, 2007, p.53-54)

Faraco (2007, p.48) reforça a resposta negativa: “E **continuamos** a ser uma sociedade **com grandes dificuldades** para oferecer uma educação linguística de qualidade para seus cidadãos”.

Para Faraco (2001), há uma “calamitosa forma de se tratar as questões de linguagem por aqui”, e esta calamidade é fruto do “profundo distanciamento entre universidade e sociedade no Brasil”. Tal quadro também é apontado por Gregolin (2007, p.70):

Aqui, é preciso fazer parênteses e pensar na dificuldade, em cada um desses momentos, que reside na passagem da teoria à prática. A maneira própria de circulação das ideias teóricas – que, no Brasil, se faz no interior da universidade – dificultou sempre a relação dos professores dos níveis fundamental e médio com a operacionalização das ideias teóricas. **Há uma espécie de descompasso entre as formulações teóricas nascidas das pesquisas universitárias e que aparecem nos documentos oficiais e a aplicação dessas teorias em sala de aula.**

Parece possível que o *descompasso* assinalado seja consequência direta do modo infrutífero de dialogar que existe entre os acadêmicos/estudiosos da língua:

Se parece claro que a intervenção dos linguistas trouxe (e continua trazendo) contribuições relevantes para a construção de uma pedagogia da língua materna, é preciso também reconhecer que a área continua – interna e externamente – contaminada pela cristalização de alguns equívocos que têm, no fundo, **esterelizado o debate**, na medida em que **não temos encontrado os meios adequados** para dissolvê-los. (Faraco, 2007, p.23)

Mesmo nas áreas contíguas, há uma divisão que fragmenta o trabalho do pesquisador e a difusão dos resultados, de maneira que temos instaurado um paradoxo: somos profissionais, teóricos e aplicados, que, respeitadas as variáveis de objetivos, essencialmente, procuramos entender e/ou descrever o funcionamento da linguagem humana, mas os estudiosos têm negligenciado a visão de que todos pesquisamos um único objeto, a linguagem. **Temos constatado uma imensa dificuldade em nos fazer entender, em tornar compreensível nosso entendimento sobre a língua.** (Correa, 2007, p.12)

Grande contribuidora para a ineficácia desse diálogo *infeliz* é, como se pôde constatar e se pretende mostrar aqui, a existência de traços de violência e intolerância nos discursos de *ambos os “times”*, que se posicionam um *contra* o outro.

3 COMO ESTE TRABALHO FOI FEITO

O presente trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica que se iniciou com as palavras-chave *conflito, discurso, linguagem, preconceito, preconceituoso, intolerância, intolerantes, linguística, linguistas, gramática, gramáticos*. As palavras pesquisadas, combinadas entre si, levavam a textos interessantes que, por sua vez, descortinavam mais palavras e expressões, que iniciavam um novo ciclo de descobertas.

Foi difícil parar de pesquisar, de ler, e começar a escrever, porque, à medida que as leituras apresentavam novas palavras, e se encontravam novas leituras, mais perto se chegava das intuições iniciais que permeavam o impulso de se pesquisar este tema. E se descobria que muito sobre o que se refletia já havia sido escrito por pesquisadores de grande importância para o mundo acadêmico. Então, muitas vezes, parecia que este trabalho seria bastante redundante; que haveria muito pouco ainda a falar; que ainda seriam necessárias mais leituras para se certificar de que não se repetiria o que já fora dito e que era necessário encontrar algo que valesse a pena ser compartilhado.

Graças ao cronograma estabelecido e às sábias palavras do orientador (“Aliás, menina, chega de ler! Vamos botar isso no papel.”), iniciou-se o trabalho de redigir e se descobriu que, no meio da leitura feita até aquele momento, já se havia delineado uma visão sobre o assunto, que só precisava ser trazida à luz.

3.1 Percorso teórico

Quando se procedia à pesquisa bibliográfica, mostraram-se inúmeras possibilidades de caminhos teóricos para o estudo do conflito entre gramáticos e linguistas: Análise da Conversação, Análise (Crítica ou não) do Discurso, Gêneros Textuais e/ou Discursivos, Gramática Discursivo-Funcional, Retórica, Semântica, Semiótica, Teoria da Argumentação, Teoria dos Atos de Fala, Teoria da Pragmadiálética.

Entre todos os textos encontrados durante a pesquisa, um em especial foi bastante significativo para o despertar do olhar em relação a que linha, dentre todas,

poder-se-ia seguir: *A construção discursiva dos discursos intolerantes*, de Diana Luz Pessoa de Barros. Apesar de o texto ser fundamentado na *Semiótica Discursiva Francesa* (Barros, [20--?], p.1)², chamaram a atenção as expressões “exame dos percursos passionais” e “estudo das paixões”. Após a leitura desse texto, o professor orientador Luiz Antonio Ferreira mencionou que as paixões eram tema de estudo da Retórica, e que esta poderia ser um bom mapa para se chegar ao tesouro.

A partir de então, começou-se a ler o seu *Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica*; nele, encontrou-se a prova de que o melhor recurso teórico para se estudar o combate discursivo entre gramáticos e linguistas seria realmente a Retórica: “A retórica existe onde há uma questão a ser debatida. Por isso, atua no interior do discurso polêmico, aquele em que duas ou mais pessoas ou facções emitem opiniões discordantes”. (Ferreira, 2010, p.98)

A Retórica, em suma, trata da eficácia do discurso; a busca, portanto, do que torna um discurso ineficaz não poderia deixar de passar por seus métodos de análise.

3.2 Corpus

Constituem o *corpus* deste trabalho textos de gramáticos e linguistas, encontrados durante a pesquisa bibliográfica, que mostravam marcas discursivas pertinentes e relevantes ao tema desenvolvido aqui.

O *corpus* será introduzido paulatinamente ao longo de todo o texto e pode ser consultado nas *Referências Bibliográficas*.

² Este texto é um arquivo PDF, disponível na Internet, sem nenhuma indicação de data. Os números de página registrados aqui para documentos desse tipo sempre terão como referência as páginas do documento PDF.

3.3 Concepções básicas

Parte-se, nesta pesquisa, basicamente de duas concepções de *discurso*; uma da linha da Análise de Discurso francesa, por Maingueneau; outra do campo da Retórica, por Ferreira. Essas duas linhas se cruzavam o tempo inteiro durante as leituras. E isso não é surpreendente. Mosca, em sua *Retóricas de ontem e de hoje* (2004, p.45), afirma que a retórica está na base de todas as teorias modernas e aponta a existência de

“...possibilidades de confronto e intercâmbio, abertas pela neo-retóricas, com outras disciplinas como a Pragmática Linguística, a Semiótica discursiva, a Teoria Geral do Texto e do Discurso, com a Análise conversacional, para falar apenas das ciências da Linguagem.”

Para Maingueneau (2008, p.5), discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Então, em primeiro lugar, há dois conjuntos de textos, com certas regularidades enunciativas, que podem ser atribuídos: um, à linha dos “defensores da gramática”; outro, à dos “defensores da linguística”.

Para Ferreira (2010, p.49), discurso é “por excelência, uma construção retórica, uma vez que procura conduzir o auditório numa direção determinada e projetar um ponto de vista, em busca de adesão”. Ora, fica claro que, se há “defensores”, há a projeção de um ponto de vista específico.

E, aliada a essas concepções básicas de discurso, também fundamenta este trabalho a ideia de que todo discurso é *dialógico*, faz parte de um encadeamento de diálogos que o antecede e que o sucederá:

Sem chegarmos a afirmar, como Kibédi-Varga, que todo discurso responde a uma pergunta, admitiremos que ele sempre replica – explicitamente ou não – a outros discursos, seja apoiando-se neles, seja refutando-os, seja completando-os. (Reboul, 1998, p.157)

A despeito de insígnies estudiosos da Retórica, como Reboul ou Tringali, defenderem a ideia de que o discurso relativo às ciências estaria fora do âmbito da Retórica, observe-se que o *discurso científico* também será considerado aqui uma *construção retórica e dialógica*, pois “o fato inconcusso é que não existe obra neutra, todas em maior ou menor grau persuadem. Quer queiramos ou não, sempre há

alguém atrás do texto a convencer, comover, agradar” (nas palavras do próprio Tringali, 1988, p.166).

Apoiamo-nos também em Maria José Coracini, em sua obra *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência* (1991), que chega às seguintes conclusões:

Assim, no caso do discurso científico primário, as formas canônicas que determinam a sua expressão, enquanto camuflam a origem enunciativa, nada mais são do que **instrumentos válidos e socialmente aceitos de persuasão** e, nessa medida, índices de subjetividade: o enunciador se submete aos grilhões das leis e convenções para melhor atingir o seu enunciatário e transmitir a sua visão pessoal, os resultados de sua investigação. (p.191-192)

O discurso científico primário é, pois, a despeito das aparências, **altamente argumentativo** e revela sub-repticiamente (pelo uso de certos recursos lingüísticos, dentre os quais aqueles analisados ao longo deste trabalho) a subjetividade inerente à atividade pré-discursiva, à elaboração racional de teorias e às diferentes escolhas correspondentes aos diversos momentos que constituem o processo discursivo. (p.192)

Se “no próprio cerne das ciências exatas encontram-se controvérsias em que ambas as partes têm o desejo de convencer, ‘de exercer influência’” (nas palavras do próprio Reboul, 1998, p.98), essa visão sobre o discurso científico é ainda mais pertinente para a área das letras e da educação em especial:

Convenhamos, porém, que vivemos num mundo que não condiz inteiramente com o conhecimento científico, um mundo em que a verdade raramente é evidente, e a previsão segura raramente possível. (...) Na esfera da educação, fazem-se programas, reformas, sem nunca se ter certeza de que as coisas serão melhores que antes e de que os alunos envolvidos realmente tirarão proveito delas, quer dizer, vinte anos depois... (Reboul, 1998, p.XX)

Por fim, é importante notar que o discurso científico entendido como *não retórico* é bastante perigoso, por se tornar um autoritário propagador de uma ideologia, impedindo um diálogo saudável e produtivo na busca pela *verdade*: “Temamos os que dizem que só querem fatos: ‘Res, non verba’, fatos, não palavras, porque eles falam, fazem discursos, sufocando de antemão o discurso contrário!” (Tringali, 1988, p.185).

Reboul esclarece-nos quais são as condições para se chegar à verdade – um debate em que os oradores:

...sejam iguais, que tenham todos, estritamente, os mesmos direitos. Caso contrário, se um dos oradores se arrogar um direito exorbitante, se já não se puder contestar seus argumentos, então o diálogo já não será possível, o conhecimento se petrificará em ideologia, e a retórica, em vez de afirmar, se degradará em chavões. (Reboul, 1998, p.231)

3.4 Método de análise

Reboul, mais uma vez, fala:

O que propomos aqui nada mais é que a própria retórica em sua função interpretativa; aborda o texto com a seguinte pergunta: em que ele é persuasivo? Portanto, quais são seus elementos argumentativos e oratórios? (1998, p.139)

Devido não só à limitada extensão da Monografia de Especialização, mas também ao *corpus* utilizado, o presente trabalho se restringiu a um levantamento de *elementos argumentativos* utilizados por gramáticos e linguistas nos discursos sobre o fazer do outro.

Antes, porém, de passarmos a eles, é importante entender em que contexto emergem.

4 CONFLITO

4.1 Da existência inevitável do conflito

O conflito é inerente à vida humana e às buscas científicas em geral. Marco Túlio Cícero já dizia: “Ninguém ignora o hábito de discutir teses contrárias para se chegar ao descobrimento da verdade por esse meio”. (Cícero *apud* Tringali, 1988, p.190). No século XXI, a ideia permanece; Gregolin (2007, p.77) afirma que “a tensão e a polêmica fazem parte do processo de avanço”.

Os autores ligados à Retórica consultados também explicitam essa consciência:

A lei fundamental da retórica é que o orador – aquele que fala ou escreve para convencer – nunca está sozinho, exprime-se sempre em concordância com outros oradores **ou em oposição a eles**, sempre em função de outros discursos. (Reboul, 1998, p.XVII)

Todo e qualquer discurso (...) gira sempre ao redor de um tema; quando o tema é problematizado, surge a questão. A questão é um problema que se tem de resolver e pressupõe uma pergunta que demanda sempre mais de uma resposta, **respostas em conflito**. Diante de uma questão, formam-se **partidos contrários**, quem a favor, quem contra. (Tringali, 1988, p.47-48)

O ambiente de comunicação social dá um clima de **tensividade**, em que ocorrem **discordâncias** devidas a conflitos conceptuais, aos choques semânticos e às diferentes propostas de visão de mundo. (Mosca, 2004, p.48)

A questão, então, apresenta-se clara: não é negar o conflito que, em regra, se instala entre discursos que defendam pontos de vista divergentes, mas questionar *como* se dá, discursivamente, essa oposição entre gramáticos e linguistas, estudiosos da língua e da linguagem.

4.2 Dos tipos de conflito

Há basicamente duas visões sobre conflito, uma negativa, outra positiva (quadro baseado em Familiaee, 2010, p.5-6 e 2010b, p.7):

Tabela 1: Definições de conflito

Negativa	Positiva:
Não é normal	Faz parte da vida humana
É uma doença	É motor de mudanças benéficas
É indesejável	É indispensável para a evolução
Destrói relacionamentos	Fortalece relacionamentos
Leva à violência	Gera criatividade

O modo como o conflito é visto – como uma situação perniciosa ou como uma oportunidade de ampliação do conhecimento sobre o que está em questão – afeta o comportamento dos envolvidos nele e, conseqüentemente, o modo de administrar a contenda, implicando resultados desastrosos ou exitosos.

Quando o conflito é visto negativamente, as pessoas envolvidas têm medo de ser feridas e adotam uma postura defensiva. Nessa circunstância, as pessoas tendem a se comportar de um modo violento; e a violência gera, em todos os envolvidos, sentimentos de raiva, ressentimento, rancor, reprovação, resistência. Em outras palavras, estresse e doença.

Quando o conflito é visto positivamente, as pessoas deixam de ter medo e colocam-se de um modo mais aberto e amigável em relação às discordâncias e às diferenças. Essa postura possibilita o fortalecimento de relações e a criação de novas parcerias: cada participante do conflito pode passar a ver a outra parte de uma nova maneira: por exemplo, o que antes era raiva pode virar respeito; o que antes era desprezo pode virar admiração.

Há um círculo vicioso, outro virtuoso:

1) O conflito, quando encarado negativamente, gera diálogos infrutíferos, que levam a um antagonismo intransponível. E diálogos infrutíferos apenas confirmam aos contendores que conflitos são indesejáveis.

2) O conflito, quando encarado positivamente, gera diálogos produtivos, que podem ser definidos como uma “troca livre de informações relevantes e pertinentes” (Patterson et al., 2012, p.23)³, com o poder de dissolver sentimentos e pensamentos cristalizados e de gerar novas idéias, orientadas para a busca de soluções. Diálogos produtivos levam *adversários* a se tornarem *coautores* de novos pontos de vista sobre a questão polêmica, confirmando aos participantes que debates são bem-vindos.

Ao primeiro círculo, denominaremos “conflito *i*”, o conflito “improdutivo”; ao segundo, “conflito *p*”, o conflito “produtivo”.

O conflito, *i* ou *p*, é instaurado no discurso. E é pelo discurso que pode ser administrado. A diferença entre o conflito que gera bons frutos e o que é estéril está, portanto, nos *procedimentos retóricos* utilizados pelos participantes do processo dialógico:

Num mundo sem evidência, sem demonstração, sem previsão certa, em nosso mundo humano, o papel da retórica, ao defender esta ou aquela causa, é esclarecer aquele que deve dar a palavra final. Contribui – onde não há decisão previamente escrita – para inventar uma solução. E faz isso instaurando **um debate contraditório, só possível graças a seus “procedimentos”**, sem os quais logo descambaria para o tumulto e a violência. (Reboul, 1998, p.XXI)

³ Todas as citações de Patterson et al. foram feitas em tradução livre para o português, para tornar a leitura mais fluida.

5 POSTURAS DIALÓGICAS

Os dois tipos de conflito são alimentados por dois tipos de posturas dialógicas: produtivas e improdutivas. **Posturas dialógicas produtivas** contribuem para que diálogos sejam produtivos, ou seja, férteis, dos quais se obtém muito proveito. **Posturas dialógicas improdutivas** contribuem para que diálogos sejam improdutivos, ou seja, estéreis, que não rendem, não trazem resultados. Cada uma delas adota procedimentos retóricos específicos.

As relações de posturas dialógicas apresentadas a seguir foram fundamentadas em duas obras: *Comunicação Não Violenta*, de Marshall Rosenberg (2006) e *Crucial Conversations*, de Patterson et al. (2012).

5.1 Posturas dialógicas produtivas e seus procedimentos retóricos

Posturas dialógicas produtivas:

- 1) Levam em consideração a opinião alheia.
- 2) Usam observações isentas de julgamentos moralizadores.
- 3) Expressam “humanidade”.
- 4) Expressam suas solicitações numa “linguagem de ação positiva”.
- 5) Demonstram respeito pelo outro.

5.1.1 Observações sobre as posturas dialógicas produtivas

- 1) Levam em consideração a opinião alheia. Encontra-se essa postura na **visão dialógica da argumentação**, em Mosca:

O estado atual da questão indica que a argumentação deve ser considerada uma forma particular de interação, em que **se confrontam pontos de vista diferentes para se chegar a uma nova construção**. Distante se está daquela ideia unilateral em que a mudança é conduzida de forma estrita pelo argumentador. (Mosca, 2004, p.5)

2) Usam observações isentas de julgamentos moralizadores [também chamado por Rosenberg de “avaliação”] (Rosenberg, 2006, p.49-57).

Ao combinarmos a observação com a avaliação, diminuimos a probabilidade de que os outros ouçam a mensagem que desejamos lhes transmitir. Em vez disso, é provável que eles a escutem como crítica e, assim, resistam ao que dizemos. (*idem*, p.50)

3) Exprimem “humanidade”: demonstram sentimentos e necessidades, responsabilizando-se por eles.

...identificar de forma clara e específica nossas emoções nos conecta mais facilmente uns com os outros. (...) Ao nos permitirmos ser vulneráveis por expressarmos nossos sentimentos, ajudamos a resolver os conflitos. (*idem*, p.76)

Em minha experiência, repetidas vezes pude ver que a partir do momento em que as pessoas começam a conversar sobre o que precisam, em vez de falarem do que está errado com as outras, a possibilidade de encontrar maneiras de atender às necessidades de todos aumenta enormemente. (*idem*, p.86)

4) Expressam suas solicitações numa “linguagem de ação positiva” (*idem*, p.106): diz-se o que se quer que o outro faça, e não o que não se quer que ele faça, ou o que se quer que ele não faça. Para este autor, “quanto mais claros formos a respeito do que queremos da outra pessoa, mais provável será que nossas necessidades sejam atendidas. (*idem*, p.113)”. Ser claro significa “evitar frases vagas, abstratas ou ambíguas e formular nossas **solicitações na forma de ações concretas** que os outros possam realizar. (*idem*, p.106).

5) Demonstram respeito pelo outro: “Respeito é como ar. Se você tirá-lo das pessoas, imediatamente será a única coisa em que elas poderão pensar”. (Patterson et al., 2012, p.79)

5.2 Posturas dialógicas improdutivas e seus procedimentos retóricos

Posturas dialógicas improdutivas:

- 1) Não levam em consideração a opinião alheia.
- 2) Usam julgamentos moralizadores.
- 3) Expressam “tirania”.
- 4) Fazem pedidos negativos e obscuros.
- 5) Não demonstram respeito pelo outro.

5.2.1 Observações sobre as posturas dialógicas improdutivas

- 1) Não levam em consideração a opinião alheia. A sua verdade é “A Verdade”.

Mais desafiante que convencer as pessoas de que possuímos uma verdade de validade universal é persuadi-las a, ao imaginar seus argumentos, ampliar o tamanho da audiência que acreditam digna de atenção. Nós empatamos com um reacionário de couraça dura quando não levamos a sério todo tipo de audiência, quando nos contentamos em falar a iguais, **confiantes na certeza de uma verdade que não merece ser contestada**, e considerar perda de tempo justificar-se ante audiências divergentes. (...) A justificação, quanto maior ela for, mais passível de alcançar outras audiências sem ser refutada. (Pereira Júnior, 2013, p.40-41)

2) Usam julgamentos moralizadores. Para Rosenberg (2006), esse tipo de julgamento subentende “uma natureza errada ou maligna nas pessoas que não agem em consonância com nossos valores” (p.37). Ele lista como formas de julgamento moralizadores: “culpa, insulto, depreciação, rotulação, crítica, comparação e diagnósticos” (p.37). O problema de se recorrer a esses “expedientes” é que, “quando as pessoas ouvem qualquer coisa como crítica, elas tendem a investir sua energia na autodefesa ou no contra-ataque” (p.84); ou seja, elas deixam de ouvir. O diálogo produtivo cessa (ou nem se inicia).

3) Expressam “tirania”: quando se usa “uma linguagem que nega a possibilidade de escolha” (Rosenberg, 2006, p.194) e se comunicam desejos como exigências. O problema desse tipo de enunciado está em que os “seres humanos, ao ouvirem qualquer tipo de exigência, tendem a resistir, porque ela ameaça nossa autonomia –

nossa forte necessidade de termos escolhas” (*idem*, p.182). Mais um fator impeditivo a um diálogo saudável, orientado para soluções.

4) Fazem pedidos negativos e obscuros: diz-se o que **não** se quer que o outro faça. Outra forma de gerar oposição ao diálogo: “quando pedidos são formulados de forma negativa, as pessoas costumam ficar confusas quanto ao que realmente está sendo pedido, e, além disso, solicitações negativas provavelmente provocarão resistência. (Rosenberg, 2006, p.104)

5) Não demonstram respeito pelo outro. Este é um grande problema, pois “no instante em que as pessoas percebem desrespeito numa conversa, a interação passa a não ser mais sobre o conteúdo – passa a ser sobre a defesa da dignidade” (Patterson et al., 2012, p.79).

5.2.2 Desrespeito, alteridade e conflito

Em “Rumo a um vocabulário do diálogo transformador”, Gergen (1999, p.29-30), aponta com clareza ímpar o problema da não aceitação da alteridade e seu consequente antagonismo como gerador de posturas dialógicas improdutivas. Segundo este autor, “a maioria de nós sente-se mais à vontade em determinados grupos do que em outros”. E, a partir do momento em que passamos a fazer parte de grupos específicos, “passamos a gerar realidades e moralidades”, e todas essas construções “criam um exterior desvalorizado [e indesejável] – um local que não somos nós, nem é aquilo em que acreditamos, nem a *verdade*, nem o que é *bom*”.

A percepção que se construiu a partir dos discursos de gramáticos e linguistas consultados para este trabalho é a de que, apesar de serem ambos estudiosos da língua, acabaram por se configurar como grupos específicos, geradores de “realidades e moralidades distintas”, indesejáveis um ao outro. Gergen (1999, p.30-1) sugere um caminho para enfrentar esse cenário:

Que recursos se encontram à nossa disposição para enfrentarmos esse desafio? Pelo menos uma possibilidade importante é sugerida pela postura construcionista social que estrutura a explicação anterior: se é pelo diálogo

que surgem as bases do conflito, então o diálogo pode ser nossa melhor opção para tratar de realidades conflitantes.

Para esse autor (*ibidem*), no entanto, “nem todos os processos dialógicos podem ser úteis para se reduzir o potencial de hostilidade, conflito e agressão”. Ele confirma o que observamos em 5.2: “De fato, conversas dominadas por trocas de críticas, ameaças e exigências litigiosas podem apenas exacerbar o conflito” (*idem, ibidem*). A partir desta observação, Gergen apresenta o que chama de *diálogo transformador*.

Este pode ser visto como qualquer forma de intercâmbio que consiga transformar uma relação entre indivíduos que, do contrário, estão comprometidos com realidades separadas e antagônicas (e suas práticas relacionadas) em uma relação na qual realidades comuns e solidificadoras estejam sendo construídas. (*idem, ibidem*)

As posturas dialógicas produtivas, apresentadas anteriormente, são as bases de um diálogo transformador, característico de um conflito *p*.

As posturas dialógicas improdutivoas, “dominadas por críticas, ameaças e exigências”, são as bases de um diálogo ineficaz, característico de um conflito *i*.

Esta pesquisa surgiu da hipótese de que *a maioria* dos gramáticos e linguistas está imersa em conflitos *i*, por se utilizarem de posturas dialógicas improdutivoas.

6 CONFLITO / ENTRE GRAMÁTICOS E LINGUISTAS

Nas leituras realizadas para esta pesquisa, encontraram-se diversas menções a conflitos entre gramáticos e linguistas, que foram utilizadas ao longo de todo este trabalho.

Um artigo de Claudiana Narzetti destaca-se por seu título (que poderia pertencer a esta monografia!): *Gramáticos e lingüistas: polêmica e interincompreensão*.

O referencial teórico e metodológico escolhido por Narzetti é a “Análise do Discurso de linha francesa” (Narzetti, 2009)⁴. Embora a linha mestra que guia o presente trabalho seja a Retórica, a noção de *formação discursiva* é bem importante para entender a que, exatamente, se refere aqui quando se fala sobre o *discurso* de gramáticos e linguistas. A autora é tão clara e específica, que seria uma perda de tempo não se aproveitar a sua explicação; por isso, pede-se licença para se fazer uma citação bastante longa:

Dissemos acima que, nos textos selecionados para análise, são materializados discursos sobre o tema da linguagem ou da linguagem “correta”. De fato, nesses textos não há um único discurso, mas pelo menos dois discursos contraditórios entre si, os quais podem ser referidos a **formações discursivas** distintas e contrárias.

Segundo Gadet, Henry e Pêcheux ([1971] 2007), uma formação discursiva é o que determina “*o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada” (p.27). (...)

Criado originalmente para dar conta das posições de classe e de frações de classe no interior de certas regiões ideológicas (religiosa, política, jurídica, moral etc.), o conceito de FD logo passou a ser usado também para analisar as posições ideológicas de agrupamentos sociais não classistas (gêneros, nacionalidades) e, finalmente, passou a ser utilizado de modo um tanto livre na análise de qualquer posicionamento ideológico desde que este se apresente relacionado com outros na forma de aliança ou enfrentamento. (...)

Aplicando esses conceitos ao nosso *corpus*, poderíamos dizer que estamos em face de duas formações discursivas contraditórias, ou seja, que têm posições opostas a respeito dos temas dos quais falam direta ou indiretamente... (...)

Poderíamos, assim, dizer que, nos textos analisados, **são materializados discursos próprios de uma FD dos gramáticos e de uma FD dos lingüistas**. Ressaltamos que o discurso dessas FDs não é

⁴ Artigo disponível na Internet que não apresenta número de páginas.

assumido apenas pelos gramáticos e pelos lingüistas, mas por uma rede de sujeitos que com elas se identificam. (Narzetti, 2009, p.2-3).

Pode-se dizer ainda mais: na formação discursiva de gramáticos, encontram-se linguistas e vice-versa. Há linguistas que defendem parte do discurso dos gramáticos e há gramáticos que defendem parte do discurso dos linguistas.

Veja-se, como exemplo do primeiro caso, Maria Helena de Moura Neves, que, apesar de estar ligada ao Departamento de Linguística da Faculdade de Ciência e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), apresenta um discurso que pode ser ligado à FD de gramáticos – *vide* item 7.2.3.3. Como exemplo do segundo caso, temos Celso Cunha que, autor da obra *Nova Gramática do Português contemporâneo*, apresenta, em seu discurso, características ligadas à FD de linguistas – como se verá logo abaixo.

Por isso, as citações expostas neste trabalho como pertencentes a uma ou outra formação discursiva foram determinadas pelas características discursivas que apresentam e não pela filiação acadêmica de seus autores.

Além das *menções* ao conflito entre gramáticos e linguistas, localizaram-se dois registros em que se pode observá-lo *in loco*, nos quais os discursos estão colocados em clara oposição. Chamaremos a essa situação de “embate”:

EMBATE 1:

SACCONI, Luiz Antonio. *Novíssima Gramática Ilustrada*. São Paulo: Nova Geração, 2008 – **Apresentação**: p.5.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 – **A noção de correto**: p.5-8.

Sacconi diz:

A Academia Brasileira de Letras entregou recentemente um documento ao ministro da Educação manifestando sua insatisfação com o ensino de português nos níveis fundamental e médio. Segundo seu presidente, é preciso voltar a ensinar a norma culta. Para alguns linguistas e educadores, porém, o que vale mesmo é a fala popular, a verdadeira língua. Ninguém põe em dúvida sua importância. Mas a norma culta é a única que nos une como nação, é a única que une os diversos registros da fala, é a única que nos garante atuar como **bloco monolítico** em defesa da nossa cultura, da nossa soberania e de outros interesses maiores do país.

Cunha & Cintra dizem:

A hipótese da “**linguagem monolítica**” não se assenta numa realidade, e a sua corporificação nas gramáticas não tem sido benéfica ao ensino dos diversos idiomas.

É preciso esclarecer que, apesar de os autores confrontados acima serem autores de livros intitulados *gramática*, Sacconi é partidário dos gramáticos, o que se comprova por outra passagem da mesma apresentação:

Certos professores se empenham em ensinar teorias de Barthes, Lacan e Chomsky, e nossos alunos não conseguem distinguir uma preposição de uma conjunção nem muito menos um sujeito de um predicado.

E Cunha & Cintra são partidários dos estudos linguísticos, conforme se pode depreender do conceito de norma que utilizam no trecho selecionado aqui:

Este conceito linguístico de norma, que implica um maior liberalismo gramatical, é o que, em nosso entender, convém adotarmos para a comunidade de fala portuguesa, formada hoje por sete nações soberanas...

Observe-se que, no embate anterior, Cunha & Cintra não estão respondendo diretamente a Sacconi, como se poderia pensar numa primeira “batida de olho”, pelo simples fato de que a publicação daqueles é de 2001, enquanto a deste é de 2008. Ou seja, partidários de uma ou outra postura estão se relacionando com o discurso instituído para cada uma delas, e não necessariamente fazendo um ataque pessoal.

O que não ocorre no próximo embate, em que já se vê claramente um discurso orientado aos altercadores:

EMBATE 2:

CIPRO NETO, Pasquale. O pacote e o 'de que'. *Folha de São Paulo*, 20 nov. 1997, Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff201110.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

BAGNO, Marcos. *Preconceito contra a linguística e contra os linguistas*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/jd211120011.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

LAGE, Nilson. Lições de inveja e prepotência. *Observatório da imprensa*, São Paulo, 28 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd281120015.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

POSSENTI, Sírio. Um equívoco de leitura. *Observatório da imprensa*, São Paulo, 5 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/caixa/cp051220018.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

Cipro Neto diz:

Alguns linguistas (alguns), idiotas, dirão que a língua falada não merece reparo, que a fala é sempre boa etc. Esses ociosos não conseguem perceber que os homens não estavam na mesa de um boteco, batendo papo. Estavam falando para o país, sobre um assunto técnico, usando linguagem teoricamente culta. Quem assiste a esse tipo de transmissão normalmente acredita nessas pessoas, tem-nas como modelo. Adolescentes que vão fazer vestibular ouvem o cidadão dizendo “de que, de que, de que” e acham que isso é o máximo. A Fuvest faz uma questão a respeito, como já fez há dois ou três anos. E muitos, ingenuamente, erram. E alguns idiotas, ociosos, dizem que a fala é sempre boa, que isso e aquilo”.

Bagno responde diretamente a Cipro Neto, começando pelo título do artigo publicado no site do *Observatório de Imprensa* e comentando o trecho transcrito acima:

IDIOTAS & OCIOSOS
Preconceito contra a lingüística e os lingüistas

Esse tipo de afirmação é tão chocante, é reveladora de um tamanho desconhecimento, de uma ignorância tão manifesta, que leva mesmo a pensar que Pasquale não acredita no que escreve. Que deve haver alguma razão secreta para ele publicar coisas que depõem tão abertamente contra sua própria inteligência! Afinal, o fenômeno do *dequeísmo* já tem merecido, nos últimos quinze anos pelo menos, a atenção de diversos pesquisadores, já foi tema de dissertações e de teses, de artigos publicados em livros e revistas científicas... Será que custava tanto assim ele procurar ler, informar-se sobre o fenômeno? E quem são afinal esses “lingüistas idiotas e ociosos” que dizem que a língua falada não merece reparo, que a fala é sempre boa etc.? Pasquale nunca dá nome aos bois. Por isso, apesar de sempre escrever “*alguns* lingüistas”, ele nunca diz quem, onde e quando. Assim, fica fácil deduzir que esse “alguns” é um mero disfarce para seu preconceito contra *todos* os lingüistas.

Lage ataca diretamente Bagno:

LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS
Lições de inveja e prepotência

Naturalmente, o Sr. Bagno deve ser um jovem, e provavelmente também um cidadão do mundo, pela maneira como despreza velhos mestres e instituições nacionais. Mas eu diria que é, principalmente, bobo.

E Bagno, por sua vez, é defendido por Sírío Possenti:

LAGE vs. BAGNO
Um equívoco de leitura

Li um texto de Nilson Lage criticando, se estou certo, pelo menos uma tese e o tom do texto de Marcos Bagno publicado recentemente neste *Observatório*. Algumas passagens do texto de Lage poderiam ser consideradas do mesmo quilate das que ele critica em Bagno.

Há ainda uma resposta de Lage a Possenti (inserida na mesma página deste último texto). Ela será mencionada nas *Considerações Finais* deste trabalho, capítulo em que será mais bem aproveitada.

A percepção de que o conflito de gramáticos e linguistas é considerado improdutivo por quem o observa já foi apresentada no item 2.

Verificou-se também que as palavras usadas para se referir a esse conflito carregam sentidos primordialmente negativos:

Todos conhecem a clássica polêmica entre lingüistas e gramáticos, todos às vezes nos entristecemos ou nos divertimos com as cenas patéticas das **peleias** entre os dois grupos de profissionais, que já duram algumas décadas. (Oliveira, 2007, p.88)

As Novas propostas para o ensino de língua portuguesa, documento elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo no início dos anos 1980, é um texto que, fundamentado nas teses da *sociolingüística*, traz a heterogeneidade, a diversidade lingüística para dentro do ensino de língua. (...) Ao mesmo tempo, traz algumas conseqüências como a **demonização** das cartilhas e da própria gramática normativa. (Gregolin, 2007, p.66)

Neste contexto de discussão (às vezes, de **exacerbado antagonismo**) e questões abertas, busca-se [neste trabalho], através de compilação de enunciados teóricos e reflexões pessoais, descrever conflitos de orientação para o ensino da língua nativa. (Mussi, [20--?], p.1)

Os progressos dos estudos lingüísticos vieram mostrar a falsidade dos postulados em que a gramática logicista e latinizante esteavam a correção idiomática e, com isso, deixaram o perceptismo gramatical inerme diante da reação anticorretista que se iniciou no século passado e que vem assumindo, em nossos dias, **atitudes violentas**, não raro contaminadas de **radicalismo ideológico**. (Cunha & Cintra, 2001, p.5)

O título de um texto de Carlos Alberto Faraco, publicado na Folha de São Paulo em 2001, é bem sugestivo sobre essa visão beligerante do conflito: “**Guerras em torno da língua**”.

6.1 Consequências do conflito *i* entre gramáticos e linguistas

Tringali (1988, p.32) afirma que “o valor do discurso se mede, de um ponto de vista pragmático, de acordo com o efeito exercido. A árvore vale por seus frutos”. Quais são os frutos desta guerra? É suficientemente grave a simples *existência* de um Indicador de Alfabetismo Funcional:

O Inaf - Indicador de Alfabetismo Funcional - é um indicador que mede os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta. O objetivo do Inaf é oferecer à sociedade informações sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de educação e cultura. (Instituto Paulo Montenegro, homepage na Internet)

O conceito de analfabetismo mudou muito nos últimos anos. Em 1958 a UNESCO definia como analfabeto um indivíduo que não consegue ler ou escrever algo simples. Vinte anos depois, adotou o conceito de alfabetismo funcional. É considerada analfabeta funcional uma pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente. (Instituto Paulo Montenegro, homepage na Internet)

O parágrafo acima é apresentado com exemplos concretos no texto '*Geração do diploma' lota faculdades, mas decepciona empresários*:

Entre empresários, já são lugar-comum relatos de administradores recém-formados que não sabem escrever um relatório ou fazer um orçamento, arquitetos que não conseguem resolver equações simples ou estagiários que ignoram as regras básicas da linguagem ou têm dificuldades de se adaptar às regras de ambientes corporativos: "Cadastramos e avaliamos cerca de 770 mil jovens e ainda assim não conseguimos encontrar candidatos suficientes com perfis adequados para preencher todas as nossas 5 mil vagas", diz Maíra Habimorad, vice-presidente do DMRH, grupo do qual faz parte a Companhia de Talentos, uma empresa de recrutamento. "Surpreendentemente, terminamos com vagas em aberto." (Costas, 2013)

Esse quadro contribui também para o descrédito que especialistas e estudiosos da língua têm frente à população em geral (segundo alguns textos consultados):

Gostaria de concluir dizendo que a relevância social dos estudos linguísticos **poderia ser** uma consequência natural da importância da linguagem para o homem e sua existência, como ser social, e como ser epistemológico que tem uma cultura, **mas não é** isso o que acontece. Não acontece porque **ocorre um apagamento dessa importância**, talvez **gerado pelas disputas de poder** que são em dada instância uma disputa por sentidos que devem valer. Assim, quanto menos consciência houver desse fato, mais facilmente alguns poderão impor alguns sentidos em detrimento de outros. (Travaglia, 2007, p.134)

Por que os profissionais de outras áreas conseguem se fazer ouvir, mas os lingüistas permanecem não ouvidos? Será que os lingüistas, apesar de se dedicar ao estudo da língua, não falam? (Bagno, 2001)

Aqui se deixam outras perguntas: Será que gramáticos e linguistas não pensam nas consequências de seus atos linguísticos?

Será que, a despeito de tantos conhecimentos sobre a linguagem humana, falte a esses profissionais e estudiosos um conhecimento que, aparentemente, não pertence nem à gramática nem à linguística?

7 ANÁLISE RETÓRICA DO CONFLITO *i* ENTRE GRAMÁTICOS E LINGUISTAS

Esta análise foi dividida em dois movimentos. Em primeiro lugar, apontar-se-ão as bases ideológicas que sustentam o discurso beligerante de gramáticos e linguistas. Em segundo lugar, proceder-se-á a um levantamento dos elementos presentes nesse discurso.

7.1 Bases ideológicas do conflito *i* entre gramáticos e linguistas

Em sentido amplo, [a ideologia] é a filosofia de vida, a visão de mundo de um grupo. Compreende as concepções políticas, jurídicas, filosóficas, estéticas de uma instituição ou sociedade. (Ferreira, 2010, p.135-136)

O embate violento entre gramáticos e linguistas é o resultado de duas forças: a crença no ataque ao adversário e a crença no valor da violência.

Os primeiros retores já ensinavam que uma característica fundamental de qualquer discurso retórico é a refutação do discurso alheio; some-se esta à crença na violência como recurso válido para se obterem os resultados que se esperam e chegaremos à faceta do discurso de gramáticos e linguistas que se quer iluminar neste trabalho: um ataque intolerante ao discurso do outro, visto como seu adversário.

7.1.1 Crença no ataque ao adversário

Tringali, em sua *Introdução à Retórica*, afirma que “a tarefa de um orador consiste em persuadir um auditório, através de um discurso, a aceitar seu ponto de vista sobre uma questão **e rejeitar o ponto de vista contrário**” (Tringali, 1988, p.20).

Argumentação é a atividade pela qual se produzem argumentos. Argumento é um raciocínio exteriorizado pelo qual se prova ou se refuta alguma coisa. A argumentação compreende duas atividades: 1 a *confirmação*, em que se emitem argumentos que defendem o próprio ponto de vista. 2 a *refutação*, **em que se invalidam os argumentos que sustentam o ponto de vista contrário**. (Tringali, 1988, p.85)

O problema com esse movimento de anulação do discurso contrário é que ele resvala facilmente para a intolerância.

Marli Quadros Leite, em seu *Preconceito e Intolerância na Linguagem*, define *intolerância* como a “incapacidade de o indivíduo conviver com a diversidade de conceitos, crenças e opiniões” (Leite, 2008, p.21) e a associa à violência:

Preconceito é a idéia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir o indivíduo à intolerância, à atitude de não admitir opinião divergente e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações. (Leite, 2008, p.20)

A ausência da tolerância (...) é a dificuldade de o ser humano aceitar bipolaridades, especificamente as religiosas, o que pode levar o homem a um comportamento agressivo, à perseguição do adversário. (Leite, 2008, p.20-21)

A intolerância é também fruto da postura dialógica improdutiva que usa “julgamentos moralizadores” (*vide* 5.2.1): **“A intolerância (...) nasce de julgamentos, de contrários, e se manifesta discursivamente. É resultado da crítica e do julgamento de idéias, valores, opiniões e práticas”** (Leite, 2008, p.22).

A principal consequência negativa da intolerância é o fato de tornar inimigos dois altercadores, o que impede uma discussão democrática e saudável em busca do atendimento da necessidade de todos os envolvidos na contenda (gramáticos, linguistas e o povo brasileiro): “...a intolerância gera discursos sobre a *verdade* (ou *verdades*) e, também, sobre a compatibilidade/**incompatibilidade teórica ou prática de duas verdades que se contrapõem**” (Leite, 2008, p.21).

Enquanto forem vistas como incompatíveis as verdades expressas por gramáticos e linguistas, a discussão estará imersa numa “escolha do tolo”: “uma escolha entre duas alternativas ruins” (Patterson et al., 2012, p.21).

A *escolha do tolo* é uma escolha “ou-ou”; é baseada na crença primordial de que precisamos escolher entre “ou falar a verdade”, “ou manter o amigo” (Patterson et al., 2012, p.22). É chamada em retórica da “falácia do falso dilema”. Existe uma saída mais frutífera, que é a possibilidade de combinar as alternativas anteriores numa pergunta “aditiva”: *Como posso falar a verdade E manter o amigo?*

A resposta, a esta altura redundante, para essa pergunta é a adoção de uma postura discursiva não violenta. Todavia, essa mudança de paradigma não se dará enquanto a crença no valor da violência não for colocada em xeque.

7.1.2 Crença no valor da violência

Segundo Arun Gandhi, com frequência “presumimos que não somos violentos porque nossa visão de violência é aquela de brigar, matar, espancar e guerrear, coisas que indivíduos comuns não fazem” (in Rosenberg, 2006, *Prefácio*, p.14). Existe, porém, uma violência que não se percebe claramente, construída por posturas discursivas que agridem emocionalmente a nós ou ao outro: “Embora possamos não considerar ‘violenta’ a maneira de falarmos, nossas palavras não raro induzem à mágoa e à dor, seja para os outros, seja para nós mesmos” (Rosenberg, 2006, p.21).

É necessário “reconhecer nossa violência para conseguirmos efetuar uma mudança qualitativa em nossas atitudes” (Arun Gandhi, *ibidem*).

A violência discursiva consiste em “qualquer estratégia verbal que tente convencer, controlar ou forçar os outros a aceitarem nosso ponto de vista. (...) Os métodos variam de monólogos a insultos e ameaças” (Patterson et al., 2012, p.60). Uma postura violenta leva a nós ou ao outro a adquirir uma postura defensiva; determina no interlocutor o fechamento para o diálogo: ele deixa de *ouvir*.

Mesmo nas áreas contíguas, há uma divisão que fragmenta o trabalho do pesquisador e a difusão dos resultados, de maneira que temos instaurado um paradoxo: somos profissionais, teóricos e aplicados, que, respeitadas as variáveis de objetivos, essencialmente, procuramos entender e/ou descrever o funcionamento da linguagem humana, mas os estudiosos têm negligenciado a visão de que todos pesquisamos um único objeto, a linguagem. **Temos constatado uma imensa dificuldade em nos fazer entender, em tornar compreensível nosso entendimento sobre a língua.** (Correa, 2007, p.12)

Vivemos num mundo que acredita, majoritariamente, na violência e na punição. É o *pensamento beligerante*. Roberto Romano, em entrevista para o Jornal da Gazeta, transmitido em 26 dez. 2013, afirmou: “Os brasileiros, ao contrário do que diz o pensamento das décadas de 40 e 50, não é um povo cordial; mas um povo violento. O povo do ‘você sabe com quem está falando?’”.

Os gramáticos e linguistas brasileiros, obviamente (e infelizmente), não estão destacados de seu contexto, e, por pertencerem a ele, não compartilham (ainda) de formas não beligerantes de comunicação, de modo a construir discursos e diálogos

produtivos, orientados para soluções e não para o ataque apaixonado dos adversários.

Na raiz de grande parte ou talvez de toda violência – verbal, psicológica ou física, entre familiares, tribos ou nações –, está **um tipo de pensamento que atribui a causa do conflito ao fato de os adversários estarem errados**, e está a correspondente incapacidade de pensar em si mesmo e nos outros em termos de vulnerabilidade. (Rosenberg, 2006, p.41)

A raiz da violência discursiva está no paradigma cultural que *acredita na necessidade* da violência e da punição como métodos de combate ao *mal*:

Aos lingüistas, coloca-se o desafio de trabalharem essas questões todas como questões fundamentalmente políticas e de buscarem meios para projetar sua voz, contribuindo, assim, para a instauração de uma **necessária guerra** cultural entre os discursos que dizem a língua no Brasil. (Faraco, 2001)

O mal, como se viu em 5.2.2, é sempre associado ao *outro*. Nessa associação, instala-se o discurso do ódio:

O discurso do ódio (...) se relaciona a uma prática discriminatória, a partir do momento em que atribui às diferenças intersubjetivas, de vários tipos, uma valoração negativa, na qual o “outro” é colocado em posição subalterna em relação ao que profere a fala. (Cintra, 2012, p.13)

É importante ressaltar que

O discurso do ódio pode aparecer tanto de forma explícita e óbvia – e, portanto, teoricamente fácil de ser combatido – como pode vir mascarado por sutilezas que transmitem sua mensagem de intolerância de forma quase subliminar. Se o ódio é claro numa passeata neonazista, o que dizer de trabalhos “científicos” ou literários? [aspas do autor] (Oliveira Júnior, 2008, p.12)

A principal consequência da *ideia odiosa*, que orienta a manifestação do discurso do ódio, é apresentada por Cintra:

Os defensores da liberação do discurso do ódio alegam que a *ideia odiosa*, por ser exatamente uma *noção abstrata (palavra)*, deve ser garantida, como consequência da liberdade de expressão característica dos regimes democráticos. Fazem com isso uma separação entre eventuais *práticas baseadas em ideias odiosas (objeto, ou ação)* e as próprias ideias odiosas, devendo estas ser vencidas pelo debate. Os defensores da proibição do *hate speech* [discurso do ódio], por seu turno, também trabalham com essa

dicotomia, procurando demonstrar que **a ideia odiosa não contribui para o livre debate democrático**. (Cintra, 2012, p.23)

Se gramáticos e linguistas passassem a reconhecer a violência em seu próprio discurso e optassem por novos caminhos discursivos para manifestarem suas preferências, talvez a educação linguística da população brasileira pudesse ser mais rica e eficaz, e o índice de alfabetismo funcional se invertesse dramaticamente (em vez de 75% de analfabetos funcionais, poderiam restar 25%) – numa visão pessimista –, ou perdesse totalmente sua razão de existir – numa visão completamente otimista. (A utopia é a mãe do progresso...)

7.2 Elementos usados no confronto gramáticos vs. linguistas

Continuando o trabalho com o *corpus*, observou-se um fenômeno interessante: o discurso de “gramáticos contra linguistas” e o de “linguistas contra gramáticos” apresentavam muitas semelhanças. Eles se utilizavam dos mesmos “elementos” não só para atacar o adversário mas também para defender seu ponto de vista.

Nesse ponto da pesquisa, houve uma grande dúvida: esses “elementos” seriam *lugares*, como propostos pela retórica aristotélica? Seriam *argumentos*, como propostos pelas teorias da argumentação – “um eixo importante da Retórica em sua redefinição moderna” (Mosca, 2004, p.44)? Seriam *temas*, como propostos pela Semântica e a Análise do Discurso?⁵

Passemos à resposta dessas perguntas.

Esses “elementos” seriam *lugares*? Não. Tringali nos introduz à questão:

Tópica é a disciplina proposta por Aristóteles para cuidar da invenção... (...) Ela ensina onde encontrar os lugares de onde se tiram as provas. A palavra lugar aqui tem sentido figurado. Todo o problema se restringe em saber onde achar as provas. Os lugares já estão previamente mapeados. (Tringali, 1988, p.63)

Este conceito é ampliado por Schopenhauer, em sua *Dialética Erística*:

⁵ Observe-se que a semântica ligada à análise do discurso está sendo usada aqui apenas como suporte para a análise pretendida, que continua fundamentada principalmente nos estudos retóricos.

O *topos* não é algo puramente material e não se refere a um objeto ou a um conceito determinado, e sim, diz respeito sempre a uma relação de classes inteiras de conceitos, que podem ser a reunião de inumeráveis conceitos... (Schopenhauer, 1997, p.106-107)

Desse conceito de *topos*, surge a intuição de que a *intolerância* poderia ser definida como um *lugar* de onde provêm os elementos encontrados nas leituras – arrolados em 7.2.1. (E também a de que se gramáticos e linguistas partissem de outros lugares, poderiam obter resultados mais desejáveis e passar a ser ouvidos.)

Esses “elementos” seriam *argumentos*? Não. Nem na definição antiga, nem na moderna. Os elementos encontrados nos discursos de gramáticos e linguistas lidos até este ponto da pesquisa são incompatíveis com o propósito essencial da utilização de argumentos, que é *influenciar o auditório a favor de sua causa* – como já foi apontado em 6.1:

De modo bem simples, os lugares são grandes armazéns de argumentos, utilizados para estabelecer acordos com o auditório. O objetivo é indicar premissas de ordem ampla e geral, **usadas para assegurar a adesão a determinados valores e, assim, re-hierarquizar as crenças do auditório.** (Ferreira, 2010, p.69)

Esses “elementos” seriam *temas*? Possivelmente. As definições encontradas para *temas* são bastante afins com o que se vem discutindo até aqui:

Em primeiro lugar, os discursos intolerantes não constituem um gênero textual ou discursivo, pois para definir um gênero é necessária a estabilidade de composição, de temática e de estilo, no âmbito de uma dada esfera de ação (religiosa, midiática, escolar, familiar, etc.). Os discursos intolerantes participam de várias esferas de ação ou mesmo de todas, e têm composição e estilos também diferentes, **só podendo ser classificados tematicamente**, ou seja, pela organização do plano do conteúdo, tal como será mostrado e exemplificado no desenvolvimento deste estudo. Em outras palavras, no caso dos discursos intolerantes, há apenas “estabilização” temática, pois há discursos intolerantes em diferentes esferas de atividades (política, religiosa, familiar), de gêneros diversos (notícias, sermões, bate-papo, etc.) e de tipos diferentes (narrativo, descritivo, etc.). (Barros, [20--?], p.1-2)

Temas e figuras constituem o nível semântico dos discursos: os temas são os conteúdos semânticos tratados de forma abstrata, e as figuras, o investimento semântico-sensorial dos temas. **Os temas e figuras são determinados socio-historicamente e trazem para os discursos o modo de ver e de pensar o mundo de classes, grupos e camadas sociais, assegurando assim o caráter ideológico desses discursos** (Barros, [20--?], p.12).

Nos discursos intolerantes, **os temas** e figuras **estão relacionados à oposição semântica fundamental entre a igualdade ou identidade e a diferença ou alteridade**. A partir daí vários temas e figuras são desenvolvidos, conforme as diferenças sejam de etnia, religião, gênero e outras. (Barros, [20--?], p.12)

Tendo visto isso, optou-se aqui por denominar *temas* os elementos discursivos que são encontrados no discurso intolerante de gramáticos vs. linguistas⁶.

7.2.1 Temas usados por ambos os grupos para atacar o adversário

7.2.1.1 Desqualificações

O agressor não está interessado em um debate racional; seus argumentos visam *negar respeito* ao outro. (...) O discurso do ódio não parece favorecer o debate racional; antes o desconstitui e o perverte. (Cintra, 2012, p.75)

Gramáticos e linguistas desqualificam o discurso um do outro:

GRAMÁTICOS CONTRA LINGUISTAS

Chama-me a atenção o contraste entre o lema da JMJ e o que boa parte da parte brasileira dessa mesma juventude tem encontrado na sala de aula. Alguns "professores" andam dizendo a seus pobres alunos que estudar a língua clássica é coisa de opressores, é manifestação de preconceito etc. Quanta bobagem! (Cipro Neto, 2013)

LINGUISTAS CONTRA GRAMÁTICOS

Do Jô Soares, Sírio Possenti, no livro citado, colecionou uma pérola [sic] sobre as línguas africanas que, segundo ele, seriam fáceis de aprender porque têm poucas palavras e porque essas poucas palavras costumam ter muitos significados. Aparentemente, uma asneira na boca de um barão douto (afinal, Jô Soares estudou na Suíça, fala fluentemente várias línguas e, portanto, não pode ser listado entre os excluídos dos bens culturais). Uma asneira, porque todas as línguas humanas têm léxico suficientemente rico e em todas elas as palavras sempre têm muitos significados. Contudo, como bem destaca Possenti, antes de uma asneira, é um grosseiro preconceito lingüístico e cultural que, em outras circunstâncias, atingiria, sem maiores cerimônias, alguns modos brasileiros de falar o português, com todas as trágicas conseqüências disso. (Faraco, 2001)

⁶ O texto de Narzetti, mencionado no item 6, propõe temas (também exemplificados por citações) complementares aos aduzidos aqui.

7.2.1.2 Insultos

Gramáticos e linguistas insultam um ao outro:

GRAMÁTICOS CONTRA LINGUISTAS

Alguns deles [linguistas] têm o desplante de afirmar aos quatro cantos do mundo que falar e escrever de acordo com a gramática normativa é uma aspiração reacionária, própria de gente conservadora, o que, já de per si, define-os como enganadores, pseudoprofessores. (Sacconi, 2008, p.5)

LINGUISTAS CONTRA GRAMÁTICOS

Gente, cada vez que leio as coisas da Juventude Conservadora imbecil, eu caio na gargalhada. Agora me chamam de "o exterminador da gramática". Tá boa, santa? Eu que publiquei este ano uma gramática de 1.056 páginas? É assim que se extermina? Eles que vão fazer conserva de atum na Indonésia, já que se acham tão "conservadores". Kkkkkkkkkkk. Ou que vão todos para o Vaticano, que eles adoram, cuidar da conserva de formol que mantém vivo o pastoso e nojento Bento 16. É muita falta do que fazer, não? Enxada para capinar, rapaziada, vão ver o que é bom para tosse. (Bagno, *post no Facebook* em 16 dez. 2013)

7.2.1.3 Generalizações

De forma bem simples, a ideologia consiste em fazer passar **parte** de uma verdade como se fosse sinônimo de **toda** a verdade. (Ferreira, 2010, p.35)

GRAMÁTICOS CONTRA LINGUISTAS

Aceitar os erros de português, valorizando os usos e costumes orais, é justificável academicamente - e, no caso brasileiro, tornou-se uma questão da esfera do politicamente correto desde que Luiz Inácio Lula da Silva virou presidente da República, sem deixar de tropeçar em concordâncias gramaticais. (Dimenstein, 2003)

No texto de Gilberto Dimenstein, há (...) a manifestação do preconceito contra os "acadêmicos", que no âmbito do estudo da língua são os lingüistas, aqueles que, supostamente, "aceitam tudo" em relação à prática da língua. (Leite, 2008, p.116)

LINGUISTAS CONTRA GRAMÁTICOS

É, pois, a partir de 1980 que ocorre a grande transformação na concepção de "língua" na escola. É a partir daí que se pode discutir as relações entre a língua, a história e a sociedade. A sociolinguística coloca em xeque a ideia da homogeneidade linguística, trazendo à tona a discussão sobre as variedades. Derivam daí as críticas à gramática normativa, a problemática de sua natureza histórica e política – a exclusão que ela realiza do sujeito, da historicidade, da variedade. (Gregolin, 2007, p.67)

Dentro das generalizações, existe uma que chama particularmente a atenção, que é a do “exclusivismo”: segundo esse tema, os linguistas querem ensinar exclusivamente a língua popular; os gramáticos querem ensinar exclusivamente as normas prescritas pela gramática tradicional:

GRAMÁTICOS CONTRA LINGUISTAS

Pasquale conhece bem as carências nessa área. Ele percorre o Brasil para dar palestras. Transformou-se em estrela de magnitude nacional depois de atuar em comerciais da rede de lanchonetes McDonald's, em 1997. Pasquale, no entanto, não é uma unanimidade. Esteja em São Paulo, Macapá ou Passo Fundo, inevitavelmente ouve críticas. Elas ecoam o pensamento de **uma certa corrente relativista**, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos. Quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a auto-estima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista. **Trata-se de um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular** – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do "povo". **O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo.** Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado.

(LIMA, João Gabriel. Falar e escrever, eis a questão. *Revista Veja*. Ed. 1725. 7 nov. 2001. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/071101/p_104a.html>. Acesso em: 2 fev. 2014.)

LINGUISTAS CONTRA GRAMÁTICOS

O ensino não pode se voltar **só e exclusivamente** para o estudo das regras tradicionais, aquelas apresentadas nos manuais de gramática. (Leite, 2008, p.98)

O projeto revela um indisfarçável desejo de controle social da pior espécie, daquele que, ignorando a heterogeneidade e a dinâmica da vida cultural, **quer impor o homogêneo e o único.** **Todo** gesto de legislar sobre a língua tem, aliás, essa triste característica. (Faraco, 2001)

7.2.1.4 A ignorância do adversário

O discurso do ódio (...) se relaciona a uma prática discriminatória, a partir do momento em que atribui às diferenças intersubjetivas, de vários tipos, uma valoração negativa, na qual o “outro” é colocado em posição subalterna em relação ao que profere a fala. (Cintra, 2012, p.13)

Tanto linguistas quanto gramáticos colocam seu adversário numa *posição subalterna*: uma posição *intelectual* subalterna. O adversário *ignora* conhecimentos básicos de uma área ou de outra.

GRAMÁTICOS CONTRA LINGUISTAS

O professor deve ser guia seguro, muito senhor da língua; se outra for a orientação de ensino, vamos cair na 'língua brasileira', refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo. (Almeida, 2009, p.6)

LINGUISTAS CONTRA GRAMÁTICOS

Sem muita exceção, esses conselheiros gramaticais deixam transparecer sua espantosa ignorância da realidade lingüística nacional; operam em confusão ao não distinguirem adequadamente a língua falada da língua escrita e a língua falada formal da informal. Pior: tentam impingir, sem o menor fundamento, um absurdo modelo único e anacrônico de língua. Sustentam-se no danoso equívoco de que a língua padrão é uma camisa-de-força que não admite variação, nem se altera no tempo. (Faraco, 2001)

Um subtema da ignorância é o *equívoco* (um eufemismo?). A recepção das ideias de um e de outro grupo pelo adversário seria “equivocada”:

GRAMÁTICOS CONTRA LINGUISTAS

Marilene Felinto, em artigo publicado na Folha de São Paulo (04/01/2000), ao constatar a qualidade ruim de alguns textos da imprensa, em especial da redação de algumas notícias, conclui que a razão disso está no fato de que 'o português aqui [no Brasil] transformou-se num vernáculo sem lógica nem regras'. Ora, essa afirmação não passa de rematado absurdo, já que nenhuma língua humana existe nessas condições, isto é, sem uma lógica própria e sem regras. A jornalista aponta com precisão um fato que pede, sem dúvida, uma boa discussão. Contudo, atribui a ele uma causa de todo impossível, já que absurda. No fundo, revela-se aqui o velho equívoco de achar que, se certos modos de falar a língua não manifestam as mesmas regras que estão em rançosos compêndios gramaticais, segue que eles não têm regra ou lógica. (Faraco, 2001)

LINGUISTAS CONTRA GRAMÁTICOS

As Novas propostas para o ensino de língua portuguesa, documento elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo no início dos anos 1980, é um texto que, fundamentado nas teses da *sociolinguística*, traz a heterogeneidade, a diversidade linguística para dentro do ensino de língua. (...) Ao mesmo tempo, traz algumas consequências como a demonização das cartilhas e da própria gramática normativa. Um dos equívocos, derivado da recepção das teorias nesse momento, é a ideia de que se deveria abandonar definitivamente a gramática, apagando a sua relevância, a sua história, a sua importante função na preservação da língua. (Gregolin, 2007, p.66)

Retomando o que já foi dito em 5.2.1: Rosenberg (2006, p.37) identificou “algumas formas específicas de linguagem e comunicação” que ele acredita “contribuírem para nosso comportamento violento em relação aos outros”. Entre elas, está o “uso de julgamentos moralizadores que subentendem uma natureza

errada ou maligna nas pessoas que não agem em consonância com nossos valores”. Ele enumera, como formas de julgamento, “culpa, insulto, depreciação, rotulação, crítica, comparação e diagnósticos”.

Sem dúvida, *desqualificação, insulto, generalização e desvalorização* da competência intelectual do outro podem ser qualificados como temas caracterizadores de discursos violentos e intolerantes.

7.2.2 A violência é uma expressão trágica de necessidades não atendidas

Ainda segundo Rosenberg (2006, p.39), “todas essas análises de outros seres humanos são expressões trágicas de nossos próprios valores e necessidades. São trágicas porque, quando expressamos nossos valores e necessidades de tal forma, reforçamos a postura defensiva e a resistência a eles nas próprias pessoas cujos comportamentos nos interessam”.

No discurso de ambos os grupos, encontramos pistas desses valores e necessidades que **ambos** gostariam de ver atendidos. Cada “time” os coloca como fins de sua própria prática – como se o adversário não detivesse nenhum tipo de instrumento que pudesse contribuir para satisfazê-los.

Apresentam-se, a seguir, três temas valorizados tanto pelos gramáticos quanto pelos linguistas.

7.2.3 Temas usados por ambos os grupos a favor de sua própria linha

7.2.3.1 A formação do leitor/produtor competente

GRAMÁTICOS

A gramática que se ensina é um conjunto de convenções, algumas referidas ao passado da língua (como as mesóclises ou a segunda pessoa do plural), no entanto ainda convenientes para o acesso do estudante a discursos mais antigos (como o Hino Nacional ou Os Sertões, de Euclides da Cunha, por exemplo); outras à prática contemporânea, o que nos permite, entre outras coisas, denunciar as estruturas em que se disfarçam manobras do poder (os jargões da economia, as leis "flexibilizadas", os devedores "caloteiros", as classes "afluentes" - locuções ao mesmo tempo referenciais, informativas mas, sobretudo, fortemente argumentais). (Lage, 2001)

LINGUISTAS

Junto com a sociolinguística, as ideias da linguística textual colocam a textualidade no centro do ensino, cujo objetivo passa a ser a formação do leitor/produtor competente, que sabe utilizar as estruturas da língua na produção de sentidos coesos e coerentes. (Gregolin, 2007, p.66)

7.2.3.2 A conquista da cidadania

GRAMÁTICOS

Só podemos particularizar essa relação, e saborear essa liberdade, na medida em que adquirimos um conhecimento sólido sobre esses processos linguísticos, construindo uma ponte entre a teoria – o aprendizado da gramática – e a prática – a nossa vivência da língua e, em última instância, de nossa humanidade e também de nossa cidadania. (Sacconi, 2008, texto de apresentação dos editores, orelha do livro)

LINGUISTAS

Na obra *Gramática – ensino plural*, Travaglia também utiliza a expressão “educação linguística” (2003: 21) (...) Para esse autor (...) sua finalidade última [da educação linguística] é capacitar o indivíduo para o exercício da cidadania. (Palma & Turazza, 2012, p.149-150)

7.2.3.3 A construção da identidade linguística

GRAMÁTICOS

Seja o orgulho comunitariamente genético de ser falante da “língua de Camões”; seja o orgulho nacionalmente histórico de cultivar “a última flor do Lácio”; seja o simples e natural bem-estar de falar e ouvir a sintaxe que regeu nossas primeiras frases; qualquer desses sentimentos assegura a força de irmanação representada pela identidade linguística de cidadãos de uma mesma língua em qualquer espaço geográfico e em qualquer Pátria. Estejamos no Brasil, ou em Portugal, ou em qualquer outro país de língua portuguesa, de qualquer modo falamos o “português”, e o falamos como língua legitimamente nossa, do mesmo modo que, em todos os campos, é de alguém, inalienavelmente, tudo o que lhe tenha sido herança. (Neves, 2010, p.8)

LINGUISTAS

Esses avanços da teoria linguística determinaram novas visões sobre a língua e, nesse sentido, contribuíram para a construção da cidadania ao revelarem o papel da língua portuguesa na consolidação de nossa identidade brasileira. (Gregolin, 2007, p.55)

7.2.4 O discurso violento é uma expressão trágica do medo

Como se constatou, há, insuflando o discurso violento de gramáticos e linguistas, pelo menos três temas comuns, que remetem a valores/necessidades não atendidos: a formação de um brasileiro competente em leitura e escrita, a conquista de cidadania por este brasileiro e a construção de sua identidade linguística. Tendo pontos em comum tão importantes, o que os faz violentos e intolerantes?

Quando observamos famílias e grupos de trabalho em acalorados debates, é comum notar um fenômeno muito intrigante. Embora aparentemente os participantes estejam violentamente discutindo, na verdade, eles estão violentamente *concordando*. Eles efetivamente concordam em cada ponto importante, mas continuam a lutar. Eles encontraram um meio de transformar diferenças sutis em um debate furioso. (Patterson et al, 2012, p.170)

O discurso intolerante utilizado por ambos os grupos é fruto do medo: o medo de que, se trilhado o caminho indicado pelo adversário, os valores e as necessidades que se deseja satisfazer não sejam atendidos:

No entanto, nos discursos intolerantes, **o medo do outro** (de sua violência, imoralidade, etc.) e **das perdas que ele poderá ocasionar** (falta de emprego, de moradia, de vaga na universidade, de segurança, etc.), segundo os simulacros construídos, **serve como justificativa para as ações intolerantes**. (Barros, [20--?], p.10)

Tanto gramáticos quanto linguistas têm medo de que, se não forem seguidos os caminhos indicados por eles para a educação linguística do brasileiro, este povo continuará a não saber se expressar e se comunicar com eficiência:

Para se ter a medida do desafio que o Brasil têm pela frente para expandir a qualidade de seu ensino superior, basta lembrar que o índice de analfabetismo funcional entre universitários brasileiros chega a 38%, segundo o Instituto Paulo Montenegro (IPM), vinculado ao Ibope. Na prática, isso significa que quatro em cada dez universitários no país até sabem ler textos simples, mas são incapazes de interpretar e associar informações. (Costas, 2013)

Na defesa do uso da gramática para esse fim, Sacconi diz:

Não há como fazer referência aos métodos e critérios da escola antiga, uma escola que não abortava tantos analfabetos funcionais. A escola antiga não produzia “gênios” com suas monumentais patadas nos exames vestibulares.

A escola antiga ensinava a escrever, ensinava a pensar, ensinava a entender melhor os textos lidos, ensinava a ter mais respeito pela língua e também pelo professor. A escola antiga tinha professores que recebiam um salário digno e eram respeitados pelos alunos. Por antiga, entenda-se aqui eficiente. E a escola de hoje? A escola de hoje é um verdadeiro desastre pedagógico e disciplinar. Mas tem defensores intransigentes. (Sacconi, 2008, p.5)

Tanto esse discurso de defesa da gramática, indiretamente mencionado por Sacconi, quanto o sentimento de medo estão bem explícitos em Carrasco:

Aprender a usar a gramática, tempos verbais e a grafia correta é uma maneira de treinar o raciocínio. Quem não sabe falar ou escrever provavelmente não articula bem os pensamentos. Tenho medo de que certas mudanças sejam frutos de escolas péssimas, deficiências de aprendizado ou, simplesmente, preguiça. Mas também é preciso aceitar a evolução! (CARRASCO, Walcyr. Certo ou errado. *Revista Veja*, 16 fev. 2005, *apud* Leite, 2008, p. 74)

Na defesa da linguística para o mesmo fim, coloca-se Travaglia (2007, p.134-135):

Diante desse quadro, o que fazemos nós, lingüistas? (...) vamos também a campo, mostrar ao homem, que se utiliza tão naturalmente da língua(gem), que é preciso um domínio mais consistente dessa língua(gem) para, nas situações de interação, ser membro ativo na equipe do eterno jogo da semiotização do mundo e assim ter presença e relevância na vida de uma sociedade e cultura? Qual o instrumento para realizar essa tarefa, para permitir esse domínio mais consciente da língua(gem)? Parece-me que, sem dúvida, é o ensino, que deve visar ao desenvolvimento da competência comunicativa de todos, e que utiliza todas as descobertas dos estudos lingüísticos para estruturar o ensino de língua que é capaz de fazer tal desenvolvimento.

Note-se que, quando o autor usa a estrutura determinada “o ensino de língua que é capaz”, faz uma generalização que nos autoriza a entender que outros modos de se ensinar a língua não seriam capazes de ter tais bons resultados no “desenvolvimento da competência comunicativa de todos”.

Em uma entrevista, este autor usa outro recurso linguístico com o mesmo fim. Para a pergunta “quais são as principais contribuições que a linguística moderna trouxe para o professor de língua materna?”, dá a seguinte resposta:

São tantas que fica impossível enumerar. Todavia podemos dizer de maneira genérica que a grande contribuição da Lingüística moderna para o professor foi trazer um conhecimento **mais estruturado, científico e profundo** sobre como a língua é constituída e sobre como ela funciona

enquanto instrumento de comunicação com uma dimensão social e histórica que é mesmo constitutiva da língua. O professor que domina esse conhecimento tem **melhores condições** de decidir o que é pertinente trabalhar com os seus alunos e como estruturar as atividades que os ajudem a atingir um **maior domínio** da língua e a ter uma **maior e melhor competência comunicativa**. (Travaglia, 2004)

É interessante notar os implícitos nas construções destacadas na citação. Observe-se que as palavras “mais”, “melhor(es)”, “maior” pressupõem uma estrutura comparativa não explicitada pelo autor. Em nosso contexto, é perfeitamente possível depreender que ele esteja falando de um “conhecimento *mais estruturado, científico e profundo*” *que aquele proporcionado pela gramática tradicional*; que o “professor que domina esse conhecimento [linguístico] tem *melhores condições*” *que aquele que baseia suas aulas apenas na gramática tradicional* e que, portanto, *apenas* um professor dotado de conhecimentos linguísticos teria condições de realmente mudar o panorama da educação linguística do povo brasileiro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retome-se o percurso que se fez nesta pesquisa. Este trabalho nasceu da perplexidade: gramáticos e linguistas, ambos *estudiosos da língua*, posicionam-se discursivamente como *adversários*, estabelecendo um conflito improdutivo, que não tem apresentado resultados saudáveis para o desenvolvimento da sociedade brasileira em relação ao desenvolvimento de suas competências linguísticas, expressivas, comunicativas.

Esse posicionamento é perpassado por posturas dialógicas improdutivas, geradoras de conflitos improdutivos, que nascem de um contexto ideológico de crença na violência.

Entre os discursos contenciosos, porém, há aqueles que exprimem um desejo de **intercompreensão** entre as áreas:

O que buscamos são procedimentos que, na prática, auxiliem, contribuam, acrescentem subsídios ao ensino e aprendizagem de língua, como modo de promover **a integração do conhecimento**. (Correa, 2007, p.13)

Talvez se voltássemos a pensar o ensino de português como uma **área de convergência pedagógica de muitos parceiros**, (e não monopólio dos linguistas), pudéssemos trazer nova vida aos debates e novas perspectivas para o ensino de português no Brasil. (Faraco, 2007, p.23)

Entre as atitudes extremadas – dos que advogam o rompimento radical com as tradições clássicas da língua e a dos que aspiram a sujeitar-se a velhas normas gramaticais, há sempre lugar para uma posição moderada, termo médio que represente o **aproveitamento harmônico da energia dessas forças contrárias** e que, a nosso ver, melhor consubstancia os ideais de uma sã e eficaz política educacional e cultural dos países de língua portuguesa. (Cunha & Cintra, 2001, p.7)

O caminho que se mostra mais eficaz para a abertura do outro para o próprio discurso é aquele em que seus participantes adotam posturas dialógicas produtivas, em que se mostram prontos para argumentar honestamente e se expor à argumentação alheia, num debate limpo de qualquer tipo de violência:

É pelo caminho da argumentação, enquanto **consideração do outro**, que se poderia chegar ao **respeito mútuo** e a ter-se na **confiabilidade** uma regra para intercâmbios fecundos. (Mosca, 2004, p.43)

Argumentar é o meio **civilizado**, educado e potente de constituir **um discurso que se insurja contra a força, a violência, o autoritarismo** e se prove eficaz (persuasivo e convincente) numa situação de antagonismos declarados. (Ferreira, 2010, p.14)

...não se espera de um argumento apenas que ele seja eficaz, isto é, que seja capaz de persuadir seu auditório; espera-se que ele seja justo, isto é, capaz de persuadir qualquer auditório, de dirigir-se ao auditório universal. Em que condições isso é possível? **Quando o argumento se expõe deliberadamente à discussão, à contra-argumentação.** E aqui encontramos o grande princípio: **o que salva a retórica é que o orador não está sozinho, que a verdade é encontrada e afirmada na prova do debate.** (Reboul, 1998, p.194)

Pois bem, existe **a maneira de “dizer”**. Pode-se afirmar excluindo qualquer objeção – para começar em si mesma – mas também se pode propor sem impor, favorecer ao máximo a própria afirmação, deixando-a aberta às críticas alheias. **Essa abertura constitui a honestidade da argumentação.** (Reboul, 1998, p.102)

Observe-se que as quatro citações acima são de obras sobre a Retórica. Talvez o que esteja faltando a gramáticos e linguistas é nada mais nada menos que uma pitadinha de retórica em seus discursos:

As retóricas de hoje – pois é preciso utilizar o plural a esse respeito – permanecem fiéis ao programa de sua antecessora clássica: **contribuir para constituir uma ciência do discurso dos homens em sociedade.** Elas podem, portanto, desempenhar o papel de um horizonte em que se concretiza a necessária interdisciplinaridade das ciências humanas. Disciplina holística, a retórica contemporânea intenta bloquear todos os *ismos* redutores e colocar barreiras ao provincianismo metodológico. (Mosca, 2004, p.14)

O que se vislumbra como solução para o estado atual da questão entre gramáticos e linguistas apresentado aqui é a perspectiva de esses estudiosos da língua assumirem “uma visão dialógica da argumentação”, como apontado por Mosca:

Uma visão dialógica da argumentação constitui um ponto constante, que **nos vem desde a retórica antiga**, estando presente nas diversas tendências contemporâneas. Pode-se mesmo falar em **comunidade argumentativa**, uma vez que esta se baseia na possibilidade de entendimento do outro, pela discussão em torno de valores, de convicções e de expectativas. (Mosca, 2004, p.6)

A visão de gramáticos e linguistas como possíveis participantes de uma única comunidade argumentativa/discursiva já existe na literatura consultada para este trabalho. Correa o afirma:

Mesmo nas áreas contíguas, há uma divisão que fragmenta o trabalho do pesquisador e a difusão dos resultados, de maneira que temos instaurado um paradoxo: somos profissionais, teóricos e aplicados, que, respeitadas as variáveis de objetivos, essencialmente, procuramos entender e/ou descrever o funcionamento da linguagem humana, mas os estudiosos têm negligenciado a visão de que **todos pesquisamos um único objeto, a linguagem**. (Correa, 2007, p.12)

Bastos o afirma:

Nesta coletânea, retomo o que tenho reafirmado em todas as versões anteriores dos livros da coleção “Língua Portuguesa”: penso ter cumprido mais uma vez o papel agregador nos caminhos da pesquisa teórica e aplicada e no sacerdócio remunerado do magistério, organizando o presente material heterogêneo num **fio condutor homogêneo: os estudos da linguagem**. (Bastos, 2012, p.11)

Gregolin (2007, p.62-63) chega a sugerir que a divisão apontada nesta pesquisa já estaria superada:

É interessante ler os documentos oficiais sobre o ensino de língua e perceber a instalação dessa crise: a luta entre a gramática normativa e a linguística, num primeiro momento; a predominância da linguística sobre a gramática normativa, num segundo momento, e **a compreensão de que gramática e discurso são indissociáveis, no momento atual**.

No entanto, percebe-se, pelas leituras feitas para este trabalho, que a compreensão de que a autora fala ainda está muito longe das contendas entre gramáticos e linguistas, do discurso midiático sobre a língua, das salas de aula.

Isso se dá porque tal compreensão, antes de ser coletiva, varia de indivíduo para indivíduo.

É claro que não negamos que há sempre uma herança de pensamento. Toda teoria, assim como toda fala, define-se em relação a outras teorias, a outras falas. No entanto, **essa herança passa pelo sujeito que produz a teoria ou a fala**; o que significa reafirmar que há tantos percursos históricos quantos forem os sujeitos que teorizam. (Charaudeau, 2010, p.15)

Porque, ao cabo, as ciências são feitas por indivíduos, enredados em certo cotidiano, em certa teia de relações, de amizades, de leituras, que o engajam numa ou noutra direção.

Celso Cunha e Lindley Cintra, no prefácio de sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, explicitam esse processo:

Esta gramática foi idealizada há muito tempo, quando, **unida a forte amizade, já nos ligava uma convergência de formação, interesses e objetivos**. Sentíamos-la como uma urgente necessidade para o ensino da língua portuguesa não só em Portugal, no Brasil e nas nações lusófonas da África, mas em todos os países em que se estuda o nosso idioma. (Cunha & Cintra, 2001, p.xxiii)

Lage se utiliza dessa percepção para sua crítica ao discurso alheio⁷:

Mas Possenti é amigo de Bagno. Logo, não se pode criticar Bagno que Possenti parte, com sua espada, para o duelo. Na academia, um por todos, todos por um! (Lage, 2001)

Ou seja, cada um dos indivíduos enredados no debate é o responsável pelo estado atual da questão:

Ao contrário do que se poderia afirmar, com base na ideia do discurso do ódio como uma cadeia sem origem nem fim estabelecidos (...), Butler não afasta a ideia de que o sujeito falante é *responsável* pelo que diz. (...) **Quem profere *hate speech* é responsável pela maneira como o faz, por revigorá-lo, por restabelecer contextos de ódio e de injúria, quando poderia não tê-lo feito**. (Cintra, 2012, p.41)

Portanto, cabe a cada indivíduo fazer uma escolha discursiva: como posso defender meus ideais e respeitar aqueles que se manifestam diversamente de mim?

Criar condições para o livre diálogo, a começar de si mesmo, essa pode ser a verdade da retórica. Depende menos das coisas que dos homens, menos dos outros que de nós. (Reboul, 1998, p.231)

Mais uma vez Reboul (1998, p.12): ele nos dá *a palavra final*:

A palavra, diz ele [Isócrates], é “a única vantagem que a natureza nos deu sobre os animais, tornando-nos assim superiores em todo o resto”. Em outras palavras, todas as nossas técnicas, toda a nossa ciência, tudo o que somos devemos à fala. Donde ele infere uma conclusão política: os gregos, **povo da palavra**, formam na verdade uma única nação, não pela raça, mas pela língua e pela cultura. Devem, portanto, **renunciar às guerras fratricidas e unir-se**.

⁷ Vide item 6 deste trabalho.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes. Gramática metódica da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 2009.

BAGNO, Marcos. *Preconceito contra a linguística e contra os linguistas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LEITURA DO BRASIL, 130, 2001, Campinas. Disponível em < http://marcosbagnos.com.br/site/?page_id=59>. Acesso em 31 ago. 2012.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *A construção discursiva dos discursos intolerantes*. [20--?] PDF disponível em: < [http://diversitas.fflch.usp.br/files/Texto%20Profa.%20Diana%20Luz%20Pessoa%20de%20Barros%20\(1\).pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/files/Texto%20Profa.%20Diana%20Luz%20Pessoa%20de%20Barros%20(1).pdf)>. Acessado em 23 jan. 2014.

_____. Emoções e Paixões nos discursos: perspectiva semiótica. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC, 2012. p.91-105.

BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC, 2012.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Língua, gramática e história: o ponto de vista diacrônico na gramaticografia brasileira do século XX. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC, 2012. p.121-135.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2010.

CINTRA, Reinaldo Silva. *O Discurso do ódio sob uma teoria performativa da linguagem*. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela PUC/RJ, 2012. PDF disponível em: < <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/acessoConteudo.php?nrseqoco=72693>>. Acesso em 23 jan. 2014.

CIPRO NETO, Pasquale. *'Ide e fazei discípulos...'*. 25 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pasquale/2013/07/1316287-ide-e-fazei-discipulos.shtml>>. Acesso em: 2 fev 2014.

_____. O pacoteço e o 'de que'. *Folha de São Paulo*, 20 nov. 2011. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff201110.htm>>. Acesso em 2 fev. 2014.

CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ, 1991. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/13710813/Um-Fazer-Persuasivo-Maria-Jose-Coracini>>, acessado em 18 jan. 14.

CORREA, Djane Antonucci (org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

_____. A língua como instrumento de relevância social e a integração do conhecimento. In: CORREA, Djane Antonucci (org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

COSTA, Luís. A língua. Fator de identidade nacional leste-timorense. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC, 2012. p. 213-222.

COSTAS, Ruth. 'Geração do diploma' lota faculdades, mas decepciona empresários. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131004_mercado_trabalho_diplo_mas_ru.shtml>. Atualizado em 9 out. 2013. Acesso em 2 fev. 2014.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. Falar mal, o caminho da exclusão. In: **O português de lula é um mau exemplo?** *Revista Educação*. n.71, mar. 2003. In: *Programa Gestão da Aprendizagem Escolar - Gestar II. Língua Portuguesa: Atividades de Apoio à Aprendizagem 1 - AAA1: linguagem e cultura (Versão do Aluno)*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, PDF, 2008: p. 61.

FAMILIAE, Instituto. *Mediação: abordagem transformativa reflexiva*. São Paulo: Apostila do curso de Mediação, 2010a.

_____. *Mediação: abordagem transformativa reflexiva, 2010, 1º semestre*. São Paulo: Apostila dos PowerPoints utilizados no curso de Mediação, 2010b.

FARACO, Carlos Alberto. Guerras em torno da língua. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 2001. Caderno Mais, p. 30-31. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200118.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

_____. Por uma pedagogia da variação linguística. In: CORREA, Djane Antonucci (org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p.21-50

FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

GERGEN, Kenneth J. Rumo a um vocabulário do diálogo transformador, In: SCHNITMAN, Dora & LITTLEJOHN, Stephen (org.). *Novos Paradigmas em Mediação*. Artmed, Porto Alegre, 1999.

GIMENEZ, Telma. A relevância social dos estudos da linguagem. In: CORREA, Djane Antonucci (org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p.94-109.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social. In: CORREA, Djane Antonucci (org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p.51-77.

IPM (Instituto Paulo Monte Negro). Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.01.00.00.00&ver=por>. Acesso em 31 jan. 2014.

LAGE, Nilson. Lições de inveja e prepotência. *Observatório da imprensa*, São Paulo, 28 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd281120015.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Retóricas de ontem e de hoje*. 3ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

MUSSI, Amaline Boulos Issa. *Arrombassi, layla!* Ou sos para os professores de língua nativa. [20--?] Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/12.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

NARZETTI, Claudiana. Gramáticos e lingüistas: polêmica e interincompreensão. *Revista Linguagem*, edição 11, nov/dez 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao11/artigos_06.php>. Acesso em: 2 fev. 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: destinações funcionais e inter-relações*. Universidade de Évora, 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1427/1128>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. A 'virada político-linguística' e a relevância social da linguística e dos linguistas. In: CORREA, Djane Antonucci (org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p.79-93.

OLIVEIRA JÚNIOR, Juarez Monteiro de. Discurso do Ódio e Limitações Não-Paternalistas da Tolerância no Estado Democrático de Direito: uma crítica à decisão do Supremo Tribunal Federal no caso Ellwanger (HC n. 82424-2 RS). Dissertação

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria do Direito. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_JuniorJM_1.pdf>. Acesso em: 7 set. 2013.

PALMA, Dieli Vesaro; TURAZZA, Jeni Silva. Formação de professores e interdisciplinaridade na perspectiva da educação linguística. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC, 2012. p. 145-164.

PATTERSON, Kerry; GRENNY, Joseph; MCMILLAN, Ron; SWITZLER, Al. *Crucial Conversations: Tools for Talking When Stakes Are High*. 2nd ed. United States of America: Vital Smarts, 2012.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Educar é argumentar. *Revista Língua Portuguesa*, Ano 8, n. 88, fevereiro de 2013. São Paulo: Editora Segmento, pp. 36-42.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. Prefácio de Arun Gandhi. São Paulo: Ágora, 2006.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratagemas*. Trad. Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SERVAN-SCHREIBER, David. *Curar – o stress, a ansiedade e a depressão sem medicamento nem psicanálise*. São Paulo: Sá Editora, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna: uma entrevista com Luiz Carlos Travaglia. *ReVEL*. Vol. 2, n. 2, 2004. Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_2_entrevista_travaglia.pdf>. Acesso em: 2 fev. 14.

_____. A relevância social dos estudos linguísticos e ensino de língua. In: CORREA, Djane Antonucci (org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p.110-135.

_____. Esferas de ação social e comunidades discursivas: conceitos superpostos, mas distintos. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC, 2012. p. 75-90.

TRINGALI, Dante. *Introdução à Retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.